

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Ilustríssimo Senhor, Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
Estado do Paraná

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº 17/2020
Interposição de Recurso

A empresa COMERCIAL DEBÉCHE TEXTIL EIRELI - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.974.702/0001-88, I.E: 149.748.542.117, com sede na Rua/Av. RUA: LUIS GAMA Nº 733 – CAMBUCI – SÃO PAULO – SP – CEP: 01519-010, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Atendendo ao chamamento da Prefeitura de Municipal de Dois Vizinhos para o certamente licitatório, a RECORRENTE participou de Licitação Pública sob a modalidade de Pregão Eletrônico, oriunda do Edital nº PP 007/2020

Devidamente representada, por meio de seu representante legal infra-assinado, no dia do julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações que presidia a sessão inabilitou a empresa por suposto descumprimento não apresentação do Nota Fica ou Empenho para comprovação do Atestado apresentado.

Não é lícito à Administração Pública fazer exigência que a lei não faz (artigo 30, II, da lei nº. 8.666/93). Sendo assim, a vinculação de comprovação da capacidade técnica por meio de apresentação das respectivas notas fiscais traduz-se ilegal e desarrazoada, violando direito líquido e certo do impetrante. (TJAC Tribunal Pleno, MS nº 5011276320108010000/AC, rel. Juiz Arquilau de Castro Melo, de 13/04/2011)

Por um outro lado, o § 3º do artigo 43 da Lei 8666/93 disciplina sobre a realização de diligência sempre que necessário. § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo

Porém, a RECORRENTE apresentou devidamente o Atestado dentro das normas vigentes e exigidas conforme solicitado, ficamos a disposição para apresentar a nota fiscal para que possam sanar qualquer e eventual dúvida, enviamos a nota fiscal no e-mail desse conceituado órgão, uma vez que o sistema não permite anexar documentos nessa fase de recurso

Vale ressaltar, que o atestado apresentado o Órgão competente declara que aptidão para desempenho de atividade e/ou fornecimento pertinente e compatível com o objeto desta licitação. Podem ser feitas diligências para averiguação do mesmo. Os preços fechados estão bem acima do que ofertamos, acarretando assim um prejuízo a esse conceituado órgão, Nossa intenção é esclarecer tudo para que não tenha dúvida no andamento desse processo.

III – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

[Voltar](#) [Fechar](#)